

EDITORIAL, v. 24, n. 3, set./dez. 2020: A QUESTÃO DO RACISMO/PRECONCEITO ENTRE A SUBJETIVIDADE DA PERCEPÇÃO E A QUESTÃO POLÍTICA NA DEMOCRACIA

EDITORIAL, v. 24, n. 3, sep./dec. 2020: LA CUESTIÓN DEL RACISMO/PRECONCEPTO ENTRE EL TEMA DE LA PERCEPCIÓN Y LA CUESTIÓN POLÍTICA EN LA DEMOCRACIA

EDITORIAL, v. 24, n. 3, sep./dec. 2020: THE RACISM/PRECONCEPT QUESTION BETWEEN THE SUBJECTIVITY OF THE PERCEPTION AND THE POLITICAL QUESTION IN DEMOCRACY

Sebastião de Souza LEMES¹



Fonte: Nascimento (2020) – Adaptação pelo autor

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Professor do Departamento de Educação. Coordenador do Programa de pós-graduação em Educação Escolar. Editor. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0750-9294>. E-mail: ss.lemes@gmail.com

Caros leitores, quisera eu não retomar essa temática em meus editoriais, contudo, nesse momento foi, para mim, muito difícil ignorar o que se está vivendo e não me manifestar. Considerando inúmeros acontecimentos nesses tempos de pandemia a dimensão do respeito, da tolerância e das relações éticas parecem ter desaparecido do conjunto da sociedade. As vozes pacificadoras parecem ser alvo de ironias pra não dizer, talvez, até sarcasmos. Parece que diferentes grupos precisam, a todo (e qualquer) custo se afirmarem como sendo os detentores da sabedoria e da verdade sobre os seres humanos e suas relações, sejam elas quais forem. Parece que nossa sociedade, dividida em “nichos” (partidarizados, ou não), se afirma por antagonismo, ao se contrapor ao outro (seja ele quem for). Nesses “nichos”, estabelecem o necessário para sobrevivência e também para a proliferação dos seres que neles habitam e deles se nutrem num mesmo ideário, um fundamentalismo enviesado e medíocre, rasteiro e subserviente a princípios anacrônicos que envolvem as mentes retrógradas. Há problemas de vocabulário que são como mantras reproduzidos para reverberarem o som e não o significado ou a essência. Ao repetir o “mantra” me integro, me identifico e me apoio; assim eu não sou eu, eu sou “todos”. Se o outro não é parte desse “todos” não é parte de mim; é diferente de mim não me integro, não me identifico e não posso nesse “outro” me apoiar. Esse diferente me assusta, me deixa com certa raiva por não poder me apoiar, por não falar como eu falo, por não se vestir como eu me visto, por não gostar das coisas que eu gosto e, principalmente, por não se comportar como eu me comporto, não sabe o “mantra”; tantas diferenças me contrariam (me antagonizam); por vezes me enfurecem. Assim posto, identifico essa posição como preconceito que, se parecendo com uma palavra do momento e com status de narrativa sofisticada, poucos têm claro o seu significado e tampouco o sentido desse tipo de sentimento ou manifestação para o outro. Preconceito é toda e qualquer opinião ou sentimento concebido sem o devido exame ou reflexão contextualizada criticamente; então se revela em sentimentos hostis, fruto de generalizações perversas, sem fundamento e tolerância. Quando orientado pela ignorância se torna radical e agressivo.

Quero nesse momento perguntar até onde essa questão pode ir? Há uma componente política nesse modo de pensar e se comportar? Até que ponto o reverberar sonoro do “mantra” (ou dos mantras) orienta? Onde está a responsabilidade política das lideranças que, assim, (des)ensinam e impõem os “mantras”? Nós, na Universidade, nesse contexto e em nossa ação/interação estamos fazendo a nossa parte?

Aqui afirmamos que, por sua vez, a não ação efetiva de lideranças e de governos favorecem que esses nichos fundamentalistas se proliferem e se fortaleçam até que se tornem um “problema público”, por uma dupla lógica de problematização e publicização. A

problematização designa aqui o processo pelo qual alguns atores perceberão a situação como anormal e a qualificarão de uma maneira particular (MULLER; SUREL, 1998). Quando a divulgação (publicização) refere-se à passagem de um problema da esfera privada (ou esfera da sociedade civil) para a esfera pública, quando passa a fazer parte da agenda política e institucional. Sujeito aos procedimentos de rotulagem da ação pública, esse problema, em algum momento, torna-se um objeto legítimo desta agenda ou instituição (SHEPPARD, 2006). Aqui começa uma questão de narrativas e argumentações diretamente ligadas a questões comunicacionais. As narrativas e as histórias têm poder em suas comunicações, mas efetivamente delineiam os contornos de uma política pública por meio da ação de atores concretos. As palavras mudam os mantras, mudam os sons, os tons, as cores, os matizes, os padrões; quando descontextualizadas mudam os significados, os sentidos, os conceitos, assim derivam-se as linguagens, cuja narrativa, pode ser utilizada como recurso por diferentes atores, tanto quanto fornece a estrutura na qual a ação é circunscrita. Então estamos diante de *policy narratives* nas quais a dinâmica do poder e o surgimento de uma narrativa dominante estão linearmente inter-relacionados. Uma vez aceita – mesmo que não devidamente compreendida - como um conjunto de concepções compartilhadas sobre política, essa narrativa dominante "enquadra" as escolhas e reorienta as preferências (RADAELLI *et al.*, 2000). Nesse sentido, e contexto, as narrativas políticas são recursos empregados por atores empreendedores e elementos da estrutura cognitiva de políticas públicas; que como tal, lançam luz sobre a relação entre estrutura e agenda no processo político. A análise das duas narrativas das políticas permite *insights* sobre o que está excluído da agenda, o estilo de política e a mudança de/na política.

Por esse caminho, considero que a análise cognitiva de políticas públicas vem contribuindo sistematicamente com a produção desses conhecimentos, criticamente visando esclarecer mais do que renovar uma série de questões fundamentais na ciência política. Esse empreender para o esclarecimento e a renovação agora enfrenta vários obstáculos para responder ao que resta de questões centrais relativas ao como (compreendemos) fazemos a ordem em uma sociedade complexa (MULLER, 2000). O momento e contexto atual, onde a democracia considera que o objeto das políticas públicas não é mais apenas resolver problemas, mas construir marcos de interpretação do mundo, das relações de prioridades às prioridades nas relações, no compromisso com o outro. Estamos diante de situações com grandes empecilhos que precisam ser removidos para a renovação, uma vez que a difícil questão das relações entre os atores e as estruturas de sentido precisam ser transformadas e, talvez, rompidas levando-se em conta a dimensão global da ação pública e seus efeitos sobre o fazer (atender) do estado a serviço da sociedade. Necessitamos com urgência de perspectivas analíticas que melhor nos

orientem para compreender, em amplitude e profundidade, o significado político e a politização da ação pública contra a discriminação e as formas de superá-la. Ter em conta que a discriminação, o preconceito, a intolerância e outras formas de linguagens, tratamento ou comportamento, nesse contexto, se compõem com o vocabulário aprendido com atores de uma época em que a palavra "racismo" se quer existia.

A democracia hoje nos é cara por compreendermos o contraditório como evidência das diferenças individuais, pacíficas e pacificadoras e não como conflituosas e subjugadoras. Conflito, radicalidade e intolerância são efeitos diretos de distorção dos princípios da democracia igualitária, pelo olhar e pelas mentes eugenistas, como fator da decadência civilizatória por suas possibilidades de miscigenação na sociedade (TAGUIEFF, 1998). Com clareza representa e expõe o pensamento mais retrogrado, o *racialismo* pessimista – discutido longamente por Gobineau em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1853-1855)* - onde as raças puras desapareceram irremediavelmente pelo efeito da miscigenação generalizada. Aqui estamos de volta às *policy narratives* na busca de se fazer dominante, “enquadrando” escolhas e “determinando” preferências. Diante deste contexto, por razões de clareza, deve-se ampliar a noção de aprendizagem política em que, segundo teorias americanas e europeias que integram a dimensão cognitiva das políticas públicas, é necessário incluir-se o conhecimento ampliado em relação aos recursos e estratégias dos atores oponentes dessa forma de ação em uma política pública, bem como os meios de neutralizá-los. Aqui encontramos uma grande parte de nossa problemática que destaco no título deste editorial - *A questão do Racismo/Preconceito entre a subjetividade da percepção e a questão política na democracia*. Em grande parte da literatura em geral, e em particular no Brasil, se constata um lugar extremamente limitado aos processos de cognição e aprendizagem, apesar de as ideias desempenharem um papel central na maioria das abordagens teóricas descritas. Desse modo, o campo das ideias, na prática frequentemente negligenciam ou subestimam fatores institucionais, socioeconômicos, territoriais e comunitários, entre outros. Nesse sentido, é clara a necessidade de se melhorar tanto os estudos como as possibilidades de se empregar os processos cognitivos na formulação das políticas públicas. Utilizar-se da dimensão cognitiva para a clareza e a renovação das ideias na percepção e assunção dos princípios da democracia igualitária onde uma nova ação pública, na direção da igualdade, permite uma ampliação sem precedentes do campo de competência da comunidade e a legitimidade das intervenções nesta área se tornam amplamente reforçadas. Com efeito, presume-se que, considerados os pressupostos aqui reflexivamente postos, os resultados desse tipo de intervenção favorecerão a transição de um modelo de exceção para um modelo de antidiscriminação e acolhedor, apesar

de, ainda, em grande parte, incertos quanto à sua sustentabilidade permanente por uma política especificamente estruturada em torno dos desafios estabelecidos na diversidade e na desigualdade.

Sebastião de Souza Lemes
Editor